

Conferência Regional sobre Autarquias Locais como Polos de Desenvolvimento da Região Centro-Sul de Angola

COMUNICADO FINAL

Realizou-se no dia 01 de Agosto de 2023, no auditório do Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo, uma conferência subordinada ao tema: *Autarquias Locais como polos de Desenvolvimento da Região Centro-Sul de Angola*, com o objectivo de promover reflexões sobre o processo de institucionalização de autarquias locais em curso no país e contou com o apoio financeiro da União Europeia, no âmbito do projecto Esumbilo “Dignidade” que é implementado na província do Huambo com extensão nas províncias de Benguela, Bié e Cuando Cubango pela ADRA em parceria com a Solidariedade Prática da Suécia.

A referida conferência contou com a participação dos representantes do Governo Provincial do Huambo, Instituições do Poder Tradicional, representantes dos Partidos Políticos com Assento Parlamentar, representante da CASA-CE, Director e Professores do Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo, representantes da Faculdade de Direito e do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, representantes de diferentes organizações da Sociedade Civil, num total de 132 participantes, dos quais 41 mulheres.

As palavras de boas-vindas e apresentação dos objectivos da Conferência foram proferidas pela Presidente do Conselho Directivo da ADRA, Maria Teresa Victória.

A sessão de abertura foi presidida pelo Dr. Crescenciano Sapi, Director do Gabinete Jurídico do Governo Provincial do Huambo, em representação da Sua Excia. Senhora Governadora Provincial, Dra. Lotti Nolica.

Na sua intervenção, o Dr. Crescenciano Sapi agradeceu o convite e enalteceu a conferência como um verdadeiro espaço de participação e reflexão sobre o processo de desenvolvimento Local, cujos temas são de extrema importância para o actual contexto do país.

O evento contou com dois painéis:

O primeiro painel designou-se *Autarquias Locais como Polos de Desenvolvimento da Região Sul de Angola* e foi moderado pela Cidália Gomes, Director da ADRA - Antena Huambo e facilitado pelo Eng. Fernando Pacheco, Membro fundador da ADRA e pelo Carlos Cambuta, Director Geral da Agência de Desenvolvimento da ADRA.

O segundo painel teve como tema *Lições do intercâmbio sobre Autarquias Locais em Moçambique*. Este foi moderado pelo Eurico Domingos, Assistente de Projectos da ADRA e integrou os seguintes facilitadores: José Katiavala, Secretário Geral do Conselho Directivo da ADRA; Dr. Manassés Chinendele Chimuco, Representante do Governo Provincial do Huambo; Dra. Cristina Raimundo, Secretária Provincial Adjunta do Sindicato de Jornalista do Huambo e Dr. Alberto Viagem, Director Geral da AJUDSS- Associação Juventude Unida para o Desenvolvimento Sociocultural no Cuando Cubango.

Das apresentações e das discussões feitas, resultaram as seguintes principais conclusões e recomendações:

Conclusões

- As autarquias Locais constituem uma possibilidade para reforçar a governação local, tendo os munícipes como autênticos impulsionadores do desenvolvimento sustentável, particularmente na satisfação das necessidades essenciais da população. Isso pressupõe participação activa da população na busca de soluções locais, nos termos da legislação autárquica. No entanto, há ainda um deficit de conhecimento sobre o que são as autarquias locais por parte da população, incluindo quadros das administrações municipais;
- As autarquias locais significam divisão do poder político no nível local no sentido de se promover o reforço da cidadania activa, consciente e actuante rumo ao desenvolvimento dos municípios;
- Os municípios de Angola apresentam realidades sociais completamente diferentes, sendo certo que um maior número não possui condições financeiras para suportar as necessidades locais ao pé da igualdade de certos municípios, particularmente os que pertence a categoria A, segundo a lei. No entanto, o debate sobre o gradualismo geográfico (sim ou não), não deve ser o foco do debate muito menos tardar a institucionalização deste modelo de governação local de maior proximidade aos cidadãos e vice-versa;
- A construção de infraestruturas autárquicas locais tem sido apontada como condição sine quo non para a institucionalização de autarquias locais. No entanto, apesar da importância de as infraestruturas, é fundamental que o debate sobre a institucionalização de autarquias locais levante outros factores, como o nível da participação pública, que, no fundo, constitui a essência da questão autárquica;
- Igualmente, no debate sobre o processo de institucionalização de autarquias locais pouco (ou quase nada) se aborda sobre a relação entre as instituições do poder tradicional, os órgãos autárquicos e as organizações da sociedade civil. É importante que se olhe as autarquias locais no quadro do poder local;

- A experiência de Moçambique sobre as autarquias locais demonstra importantes desafios, destacando-se o pouco avanço na descentralização financeira e as morosidades na transferência de recursos da estrutura central para as autarquias locais.

Recomendações

- O exercício do Poder local, associado ao financiamento das Autarquias Locais não será uma tarefa fácil. Portanto, entre o partido político no poder e a oposição apela-se a necessidade de negociação e concertação em relação à institucionalização das Autarquias Locais em Angola;
- Sobre a proposta da divisão política administrativa de Angola, considera-se importante continuar com o diálogo com a sociedade, considerando as exigências que o processo implicará na criação de condições quer sejam financeiras e humanas;
- Relativamente a relação entre as instituições do poder tradicional e o poder autárquico, apela-se o reforço da cooperação entre as partes, valorizando cada vez mais o papel de cada um no processo de desenvolvimento local;
- É preciso continuar o debate sobre o Poder Local, reforçando a cooperação entre as diferentes forças vivas da sociedade;
- Da experiência de Moçambique, Angola deverá evitar morosidades na transferência de recursos financeiros da Estrutura Central para as autarquias locais, pois isso tem condicionado a execução de políticas locais;
- Não obstante os desafios que se impõem ao processo de institucionalização de autarquias locais seria fundamental que Angola não hesitasse na concretização deste pressuposto legal,
- Apela-se aos cidadãos, as organizações da sociedade civil e outras forças vivas a necessidade de cada vez mais se desafiarem na capacitação permanente sobre a temática.

Os participantes